

## Texto de subsídio para os Pré-Encontros do XVII Encontro Nacional do PROIFES Federação

O XVII Encontro Nacional do PROIFES-Federação realizar-se-á de forma virtual de 03 a 05 de novembro de 2021, com os seguintes eixos:

1. Cenário político, econômico e social no Brasil pandêmico e defesa da Democracia e dos Direitos Humanos;
2. Orçamento, gestão democrática das IFEs e desafios da Ciência e Tecnologia;
3. Carreira, salário, condições de trabalho e aposentadoria, e atuação docente na pandemia e pós-pandemia;
4. Organização do movimento sindical frente aos novos desafios.

Em preparação para o XVII Encontro Nacional, serão realizados os Pré-Encontros preparatórios em todos os sindicatos federados, no período de 30 de agosto a 24 de setembro de 2021. Este documento é uma contextualização que os coordenadores dos eixos do XVII Encontro encaminham para fomentar o debate junto aos membros dos sindicatos federados, durante esses Pré-Encontros.

Dentre os possíveis formatos dos Pré-Encontros, exemplificamos alguns: debates entre sindicalizados, debates com palestrantes convidados, workshops e reuniões conduzidas pelos GTs locais. Independentemente do formato escolhido, os Pré-Encontros deverão privilegiar a participação ativa da base, colhendo opiniões e sugestões e mobilizando os(as) companheiros(as) para uma integração cada vez maior na luta sindical.

### Introdução

O Encontro Nacional do PROIFES-Federação é um espaço privilegiado de discussão política com o intuito de traçar diretrizes de atuação da Federação. Coerente com o forte trabalho em defesa da vida realizado pelos Sindicatos ao longo de 2020 e 2021 e em respeito à vida, mais uma vez a realização do encontro será realizado de forma totalmente virtual e precedido de Pré-Encontros regionais, organizados em cada Sindicato filiado.

Considerando as limitações do formato virtual – concomitância de espaços e trabalhos durante o evento, “solidão” da participação remota, sem a interação entre pessoas, limitações das plataformas digitais, etc. – espera-se que os Pré-Encontros sejam os espaços privilegiados do debate político com a base. É onde os textos a ser produzidos pelos autores (conforme modelo formal apresentado pela organização do Encontro) serão debatidos e consolidados, sendo o Encontro Nacional o espaço de socialização destes debates, em especial para a aprovação das propostas que representarão os desafios da nossa Federação para o próximo ano.

Infelizmente, não é só a pandemia que continua ceifando vidas! O cenário político também continua desfavorável para a educação, para os trabalhadores e para o serviço público em geral. As propostas em discussão no Congresso Nacional, em especial a proposta de

Reforma Administrativa (PEC 32) e as políticas emanadas do poder executivo representam fortes retrocessos, com ataques a direitos históricos dos trabalhadores e, em sua essência, um realinhamento do Estado como ente secundário na defesa do cidadão, transferindo para a iniciativa privada os serviços públicos existentes. A ameaça ao estado democrático de direito continua rondando os discursos e ações das autoridades que ocupam a esplanada dos ministérios em Brasília.

Na educação, a drástica redução orçamentária ameaça a existência das universidades e institutos federais, cerceia o debate sobre recomposição de perdas salariais e de atualização das carreiras dos professores e professoras. Da mesma forma, elimina bolsas, projetos e espaços de pesquisas além de comprometer seriamente as instituições promotoras de políticas para a ciência e tecnologia (CAPES, CNPQ, FINEP, etc.). Há ainda o empenho na redefinição de políticas de retrocesso como ensino domiciliar, a militarização das escolas e políticas de inclusão social.

Não podemos esquecer neste debate que o PROIFES adquiriu forte reconhecimento político no conjunto das entidades que fazem as lutas sociais e sindicais. Os avanços obtidos nos últimos anos na educação federal – hoje em franco retrocesso – têm em todos eles o DNA do PROIFES que soube combinar a capacidade de mobilização com a negociação e conferiu novo patamar de garantia de ganhos salariais e uma carreira razoavelmente estável para os professores federais (MS e EBTT).

Estes – entre muitos a serem pautados pelos nossos professores e professoras – são os desafios que a Diretoria Executiva da Federação traz para o debate, expressos nos objetivos a seguir delineados e organizados em sete eixos de reflexão. Esperamos forte envolvimento de todas as lideranças e desejamos um bom trabalho a todos.

## **1. Cenário político, econômico e social no Brasil pandêmico e defesa da Democracia e dos Direitos Humanos**

*Coordenadores(as): Francisco Wellington Duarte e Rosangela Gonçalves de Oliveira*

Com a ascensão do governo protofascista de Bolsonaro, instalou-se uma nova sistemática de governo, a destruição do aparelho estatal e do setor público, abrindo caminho para a completa privatização dos serviços públicos; iniciou-se uma cruzada contra a Educação Pública, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior, utilizando o Ministério da Educação como articulador desse processo; deliberadamente enfraquece-se a área de pesquisa, através do estrangulamento orçamentário; e prepara-se o ataque final aos servidores e ao serviço público, com a pretendida reforma, que de reforma nada tem, administrativa.

O cenário se completa com a pandemia, que além de sua grande mortandade, mais de 500 mil mortes, trouxe efeitos apocalípticos no tecido social e devastadores na economia, gerando uma nova onda de miséria e pobreza, que afetam as relações sociais, por todo o país, abrindo caminho para o aprofundamento da crise social, com milhões de desempregados deambulando país afora e os “sobreviventes do trabalho”, que se apegam a pseudo-contratos de trabalho, em que sua força de trabalho é selvagemmente apropriada pelo Capital. O cenário aponta para o estabelecimento de uma economia fragilizada, pelo menos a curto prazo, com repercussões negativas em todas as áreas.

Em relação aos gravíssimos aspectos acima apontados, espera-se neste eixo textos de análise de conjuntura a partir da Emenda Constitucional 95, das reformas previdenciárias, que aprofundaram os efeitos negativos desta sobre os trabalhadores do setor público e da população em geral; e a reforma trabalhista, que destruiu a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e instalou uma relação trabalhista totalmente desfavorável ao Trabalho, como conceito e ao trabalhador.

Além desta abordagem, esperam-se análises do ponto de vista dos Direitos Humanos, visto que o entendimento do ser humano como um ser omnilateral na relação dialética do trabalho aponta para os movimentos de luta de classe a complexidade desses sujeitos. A incorporação das necessidades para uma vida digna das trabalhadoras e trabalhadores perpassa pela percepção de suas condições materiais e subjetivas de existência. Esse reconhecimento coloca na luta de classes a defesa do direito de todas e todos à moradia, ao trabalho, ao acesso à saúde e à alimentação saudável, dentre outros, bem como o reconhecimento e respeito a sua identidade sexual, suas origens étnica ou racial e questões das diferentes aprendizagens.

Os anos de 2020 e 2021 suscitaram a necessidade imperiosa de resistência e enfrentamento das ações de um governo ultraliberal, que impõe à população uma necropolítica intensificada pela maior crise sanitária vivida no mundo.

Dentro deste escopo espera-se a apresentação de propostas de luta sindical frente aos constantes desmanches que vimos vivenciando dos direitos duramente conquistados.

## **2. Orçamento, gestão democrática das IFEs e desafios da Ciência e Tecnologia**

*Coordenadores: Gil Vicente Reis de Figueiredo e Enio Pontes de Deus*

A proposta é apresentar uma reflexão sobre pesquisa e universidade no atual cenário brasileiro, marcado pela pandemia e outras crises que corroem a institucionalidade e o desenvolvimento socioeconômico nacional. Desde meados da década passada, o Brasil vem mergulhando em uma progressiva redução de investimentos públicos em ciência e tecnologia, que vem desmontando a estrutura de pesquisa e desmobilizando a força humana que constrói o saber científico no Brasil. Mais recentemente, os desafios do setor cresceram exponencialmente com a ascensão ao poder executivo de um grupo de viés notoriamente negacionista, que desde o início do mandato se colocou como opositor da universidade pública e dos valores do conhecimento.

Cortes orçamentários, redução de bolsas de estudo, congelamento salarial, esvaziamento de institutos, interrupção de pesquisas, entre outras medidas, afetam órgãos, institutos e universidades públicas, as quais concentram a quase totalidade da produção científica nacional. Neste momento, em que nunca foi tão evidente a importância da ciência diante dos desafios do mundo contemporâneo, uma série de dúvidas paira sobre o futuro, sobretudo em relação aos investimentos e o orçamento para este e para os próximos anos. A única certeza é que prepondera cada vez mais a necessidade de fortalecer uma agenda unificada de luta em defesa da ciência e das universidades, englobando professores, cientistas, pesquisadores e entidades científicas e acadêmicas de todo o País.

Os dados oficiais indicam que a destinação de recursos para a Educação passou de 4,5% para 6,5% do PIB, entre 2004 e 2014, e nesse último ano foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), que previa, na meta 20, alcançar um percentual de 10% do PIB, avaliado como suficiente para garantir Educação pública de qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino. Após 2016, contudo, a Emenda Constitucional 95 (EC 95) impôs um progressivo declínio do montante das verbas destinadas às áreas sociais, em particular à Educação. Foram afetadas drasticamente as Universidades e os Institutos Federais, que neste ano de 2021 tem gravemente ameaçada a continuidade do seu funcionamento.

É fundamental, nesse contexto, lutar pela revogação da EC 95 e de todos os dispositivos legais com ela consonantes, de forma a viabilizar a retomada do crescimento do fluxo de recursos para a Educação pública, como questão central. Essa tarefa só poderá ser alcançada por ações de grande amplitude, integradas e articuladas de forma conjunta por todos os setores que defendem a Educação pública de qualidade: organizações sindicais, entidades e sociedades científicas, associações representativas de dirigentes e de alunos, dentre outros atores. Será imprescindível levar à população o debate sobre a importância da Educação para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Brasil, por meio de mobilizações de peso e de iniciativas midiáticas de grande escala. Será igualmente essencial buscar o apoio de deputados e senadores, bem como das muitas Frentes Parlamentares que, no Congresso Nacional, apoiam essas lutas - de cujo êxito dependem o futuro de um Brasil que conjugue soberania com a superação das ainda imensas injustiças sociais.

### **3. Carreira, salário, condições de trabalho e aposentadoria, e atuação docente na pandemia e pós-pandemia**

*Coordenadores: Geci Jose Pereira da Silva e Lucio Olimpio de Carvalho Vieira*

A discussão sobre carreiras e salários perpassa pela retomada histórica da luta pela conquista de direitos. As décadas de 70 e 80 foram pautadas pela luta em torno da carreira única, o que ocorreu com o PUCCRE (Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos) em 1987, após greve dos professores em pleno regime militar. Os acordos assinados pelo PROIFES nos governos Lula e Dilma proporcionaram uma recuperação salarial para os professores, unificação das carreiras dos professores do magistério superior e EBTT, criação do RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) bem como, no último acordo, a volta do escalonamento nas carreiras. Desde o último acordo assinado pelo PROIFES com o Governo Federal em 2015, considerando o IPCA/IBGE e descontando os reajustes de 2016 e 2017, chegaremos ao final de 2021 com perdas salariais na ordem de 27%, sem considerar o aumento da alíquota devido a reforma da previdência. Assim, torna-se urgente a luta por um horizonte de recomposição salarial.

A evolução na organização sindical a partir da construção do novo sindicalismo estruturado no PROIFES-Federação, cujas principais características são a representação real das bases, a democracia interna e a proposta de articular, na luta, a mobilização com a negociação, tem permitido uma travessia com certa estabilidade neste momento particularmente difícil, tanto pela natureza do governo que enfrentamos quanto pela pandemia cujas consequências foram agravadas por este próprio governo. Para tanto o domínio dos conhecimentos necessários para uma boa negociação passaram a ser ferramenta

imprescindível no processo. As diferentes direções do PROIFES-Federação adquiriram esta capacidade de negociar com qualidade e de propor ações de mobilização de acordo com as possibilidades de cada entidade afiliada e sensível com cada estágio da mobilização a categoria.

As conquistas obtidas com os ganhos salariais e aprimoramento nas carreiras demonstram a correção no modo de operação da nossa federação. No entanto os tempos são outras. Já chegamos a 4 anos sem reajuste salarial, sem qualquer sinalização de negociação, acumulando cerca de 28% de perda no poder aquisitivo, enfrentando um governo que tem trilhado o caminho do desprestígio do serviço público com destaque à política de enfraquecimento das universidades e institutos federais expressados tanto nos constantes cortes orçamentários, desrespeito aos processos democráticos de escolha dos reitores das universidades, tentativa de interferir nos currículos buscando fragilizar as chamadas áreas humanas, cortes significativos nos recursos voltados à ciência e tecnologia e tentativas de submeter as IFEs à projetos de modelos de gestão privados. Adende-se a isso a reforma da previdência que atingiu de forma contundente os setores públicos com desdobramentos graves à atividade docente nas universidades e institutos federais. Agora nos deparamos com um novo capítulo desta política e esvaziamento do setor público com a tramitação da emenda constitucional que propõe a reforma administrativa.

Essa proposta vai ocasionar o congelamento da nossa carreira, acabar com a estabilidade, com a unificação da carreira e com os 45 dias de férias. Além disso, essa reforma traz de forma implícita parte do projeto “Future-se” no que diz respeito a terceirização na contratação de professores para as instituições. Deste modo, torna-se necessário estarmos juntos com os demais servidores na luta contra a Reforma Administrativa, que constitui pauta prioritária para o nosso Encontro Nacional.

Ademais, o momento atual brasileiro, marcado por uma atuação patogênica do Estado, com feições neofascistas, tomado por frações burguesas e de ultradireita, tem levado a intensa e profunda crise ética e moral da sociedade. A acelerada desconstituição do Estado Democrático de direito, está a convocar o movimento sindical para uma intensificação das lutas na defesa da Democracia e da garantia do direito dos e das trabalhadoras a uma Educação pública, inclusiva, gratuita e de qualidade social para todos e todas.

A rejeição à destruição das carreiras do Magistério e das suas Condições de trabalho com visíveis efeitos na saúde desses profissionais, é condição para o resgate urgente da moralidade e dignidade da profissão e da valorização dos/as profissionais da educação.

Diante desse grave quadro político, o enfrentamento das questões apontadas acima requer estratégias distintas daquelas que até o momento vimos utilizando. São mais de 15 milhões de desempregados, o trabalho informal ganha proporções gigantescas a ponto de hoje termos menos trabalhadores com carteira assinada do que o conjunto de pessoas que vivem do trabalho – e isto não se dá por ampliação do número de empreendedores, mas pelo crescimento da informalidade. A média salarial de 2021 é menor que a de 2019 mostrando a tragédia das consequências das políticas implantadas pelos recentes governos. As condições de vida dos brasileiros têm piorado de forma acelerada após a aprovação a EC 95. No campo da Educação, essa emenda impede a implementação do PNE e tem reduzido significativamente os orçamentos das instituições, dificultando a sua sobrevivência e impondo aos professores a responsabilidade pelos investimentos necessários para o desenvolvimento pleno do seu trabalho. É importante observar que durante a pandemia os investimentos

necessários para a execução das atividades foram feitos pelos servidores, sem contrapartida do estado.

O desafio que se apresenta ao movimento sindical dos professores envolve ajustes ao positivo modelo de articular mobilização e negociação por exigir a ampliação de atores no processo. A defesa dos institutos e universidades públicas federais, incluindo a necessidade de carreiras atrativas e salários adequados, exige agora fundamentalmente o entendimento de que a oferta deste nível de ensino é um direito social e que o acesso a este direito é responsabilidade do estado. Para além disso, compreender as universidades como vetores do desenvolvimento do país nas diferentes áreas do conhecimento – ciência e tecnologia como resposta as demandas urgentes na produção de bens materiais e soluções para a organização social dentro das bases democráticas que exigem permanente aprimoramento e garantias.

Para o sucesso de nosso movimento torna-se imperioso que sejamos percebidos como essenciais, como parte das soluções requeridas. Para tanto, a articulação com diferentes e amplos setores da sociedade se coloca como prioridade. Isto significa trabalho árduo de convencimento, de propostas concretas e adequadas ao momento. Auxiliar na recomposição das forças políticas que tenham o compromisso com a democracia e com a oferta de serviços públicos com qualidade e amplo acesso social são tarefas prementes. A exemplo do que foi feito para aprovarmos a Constituição de 1988 ou, mais recentemente, o Plano Nacional da Educação mostra que há possibilidade real para isso.

A pandemia da Covid-19 e suas consequências para a educação ainda estão para serem analisadas, mas já podemos prever a tragédia decorrente da necessária interrupção das aulas presenciais. A primeira e talvez mais visível foi a evasão dos alunos aumentando ainda mais o fosso entre ricos e pobres. Acrescente-se as condições precárias de aprendizado para aqueles que de alguma forma conseguiam acompanhar as aulas virtuais e as exigências novas apresentadas aos professores para tentar manter a qualidade do trabalho. O governo não foi capaz de oferecer a retaguarda necessária e urgente para minimizar os efeitos da interrupção. Ao contrário, abandonou as IFEs à própria sorte, desdenhou da necessidade da interrupção das atividades acadêmicas dentro da sua política negacionista. Materializou seu padrão de comportamento pela nomeação de ministros da educação com nenhuma afinidade com o setor, cujo papel era perpetrar campanha permanente de desqualificação dessas instituições de ensino.

Em relação à saúde dos servidores é necessário que o governo implemente ainda política de apoio e prevenção aos problemas resultantes das atividades laborais, disponibilize recursos para investimentos em equipamentos de proteção, bem como investimento em infraestrutura adequando os espaços de trabalhos de forma a eliminar os riscos à saúde dos servidores.

Desafio que se apresenta diante da proximidade do retorno presencial é o de criarmos mecanismos criativos para mitigar esses efeitos danosos parte por conta da própria pandemia parte das políticas governamentais.

Algumas proposições ao XVII Encontro Nacional do PROIFES:

- Apresentar à sociedade manifesto de defesa dos Institutos e Universidade Federais como uma conquista da sociedade e essenciais para a ampliação do direito à educação.

- Propor aos reitores o lançamento de documento que reafirma o compromisso das IFEs de estreitar as relações com as diferentes esferas administrativas públicas e organizações sociais para a busca de soluções para os problemas presentes na sociedade.

- Reivindicar aporte suplementar de recursos orçamentários às IFEs para a construção de novos mecanismos de suporte aos alunos com vistas a recuperação destes – tanto por conta de evasão/abandono quanto do ponto de vista cognitivo, diante da retomada das aulas presenciais.

- Reafirmar nossa posição em defesa da aprovação de lei orgânica das universidades consagrando o seu caráter autônomo e o impedimento de intervenção política dos governantes nas IFEs.

- Defender a recuperação do caráter essencial do trabalho docente garantindo a aposentadoria integral aos professores, cumprido os requisitos mínimos de idade e contribuição.

Por fim, precisamos fazer o debate dos problemas que nos afligem, estarmos atentos, conscientes e disponíveis para a luta, pois os direitos obtidos ao longo do tempo vieram das conquistas decorrentes da luta dos colegas que nos antecederam ou ainda permanecem conosco. Precisamos lembrar que: “Direito não se obtém, se conquista”.

#### **4. Organização do movimento sindical frente aos novos desafios**

*Coordenador: Nilton Ferreira Brandão e Emanuel Lins Freire Vasconcellos*

Espera-se como reflexão neste eixo uma avaliação da história do PROIFES, após mais de 15 anos desde a sua fundação. A constituição de 1988 potencializou a organização dos servidores públicos federais. Enquanto um segmento dos trabalhadores da educação apoderou e encastelou-se em estruturas centralizadas e burocratizadas, outro optou por resgatar a independência, a pluralidade e a autonomia construídas em cada universidade como reação às proibições legais e ao autoritarismo da ditadura militar. Quais os avanços da consolidação de uma federação de sindicatos autônomos nas Universidades, Institutos Federais e Escolas Militares? Quais os impactos das vitórias alcançadas após a assinatura de quatro acordos com o governo federal durante os governos Lula e Dilma? Sem estes acordos, incluindo a criação da Carreira do Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e sua equiparação com a Carreira do Magistério Superior, como estaria a educação federal hoje? Como estariam os salários e a estrutura da carreira dos professores e professoras hoje?

Não basta, porém, avaliar o passado. Espera-se que as reflexões neste eixo apontem horizontes, caminhos futuros. Após um curto período de avanços, a conjuntura mudou drasticamente com o golpe de 2016, a aprovação da PEC da Morte (EC103) que vem promovendo cortes permanentes nos investimentos em educação e as reformas aprovadas sob a égide de um governo ultra neoliberal (reforma trabalhista, terceirização, reforma da previdência, etc.). Que tipo de sindicato será preciso para enfrentar a destruição dos direitos e a proteção do serviço público e da sociedade? Como reposicionar os nossos sindicatos e conquistar novos aliados? Não podemos esquecer que esta luta entre o velho e o novo se dá no seio das estruturas vigentes nas nossas universidades e, mais recentemente, nas unidades dos Institutos Federais presentes de forma descentralizada em todos os estados brasileiros. Há

## XVII Encontro Nacional do PROIFES-Federação

---

ainda as escolas militares e outros espaços de educação federal, caso dos CEFETs, escolas de aplicação e escolas técnicas federais. Este espaço de reflexão e luta não está vazio – em política, não existem espaços vazios: são espaços ocupados ou em disputa. Quais as alternativas a serem oferecidas pelo PROIFES? Como resgatar a autonomia destes sindicatos? Como criar e sustentar novas alternativas de organização sindical nas Universidades e Institutos Federais? Desafio adicional: como conciliar esta disputa com a necessária unidade dos trabalhadores na luta contra o desmonte do estado patrocinado pelo atual governo?

Desafios enormes, mas dignos da competência dos professores federais, filiados ao PROIFES-Federação. Um futuro alegre e digno nos espera. Sejam todos bem-vindos ao bom combate!